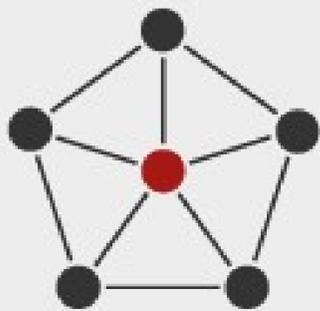


Priorização do **1º Grau** da Justiça
A nossa meta é você

Política de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição



Resolução 219

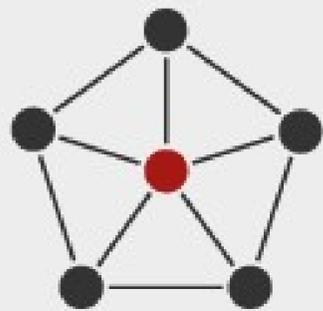
Medidas objetivas de acompanhamento previstas na Resolução 219:

Alocação entre primeiro e segundo grau:

- Proporção de servidores deve ser proporcional ao número de processos novos do último triênio (art. 3º);
- Proporção de valores integrais dos cargos e funções comissionadas devem ser proporcionais ao número número de casos novos (art. 12);

Alocação entre área judiciária e área administrativa:

- Proporção de servidores alocados na área administrativa não deve exceder 30% (art. 11), excluídos do cômputo escolas judiciais e da magistratura e nas áreas de tecnologia da informação;
- Proporção de valores integrais de cargos e funções comissionadas não deve exceder 30% (art. 14).



Resultados

Justiça em Números 2023

Proporções no primeiro grau:

- 93% do acervo;
- 86% dos casos novos do triênio;
- 84,8% dos servidores;
- 72% dos cargos, mas com 55% dos valores destinados aos cargos em comissão
- 81% das funções, mas com 54% dos valores destinados às funções.

Justiça Estadual

% Casos novos: 86,7%

% Servidores: 87,1%

Dif.: -0,4 p.p.



Justiça Federal:

% Casos novos: 87,5%

% Servidores: 82,3%

Dif.: 5,2 p.p.



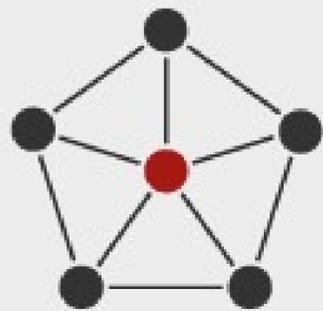
Justiça do Trabalho:

% Casos novos: 78,3%

% Servidores: 75,1%

Dif.: 3,2 p.p.





Evolução histórica

2016

% Casos novos: 87,1%

% Servidores: 84,9%

Dif.: 2,2 p.p.



2022

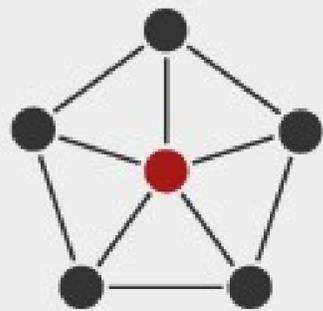
% Casos novos: 86,1%

% Servidores: 84,8%

Dif.: 1,1 p.p.

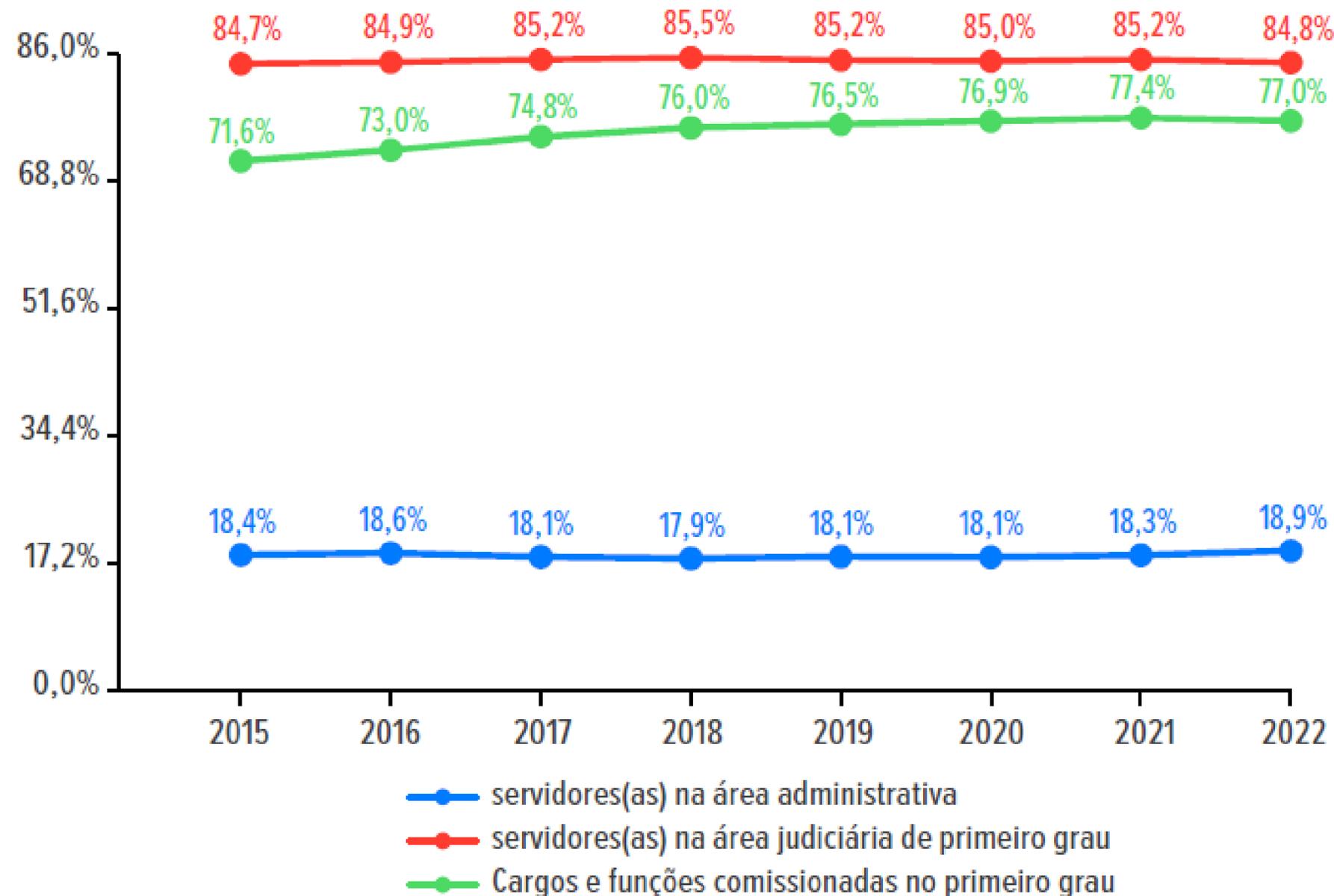


- A proporção de servidores lotados no primeiro grau praticamente se manteve em 6 anos, sendo a diferença a redução da demanda processual de primeiro grau.
- A demanda reduziu, mesmo considerando a mudança metodológica de cômputo dos termos circunstanciados no primeiro grau a partir de 2020, que tem impacto em cerca de 2,8%.



Evolução histórica

Aumento nos cargos e funções comissionadas nos primeiros anos da política, com posterior estabilização.





Acompanhamento - Distribuição de Servidores

Justiça Estadual

2018

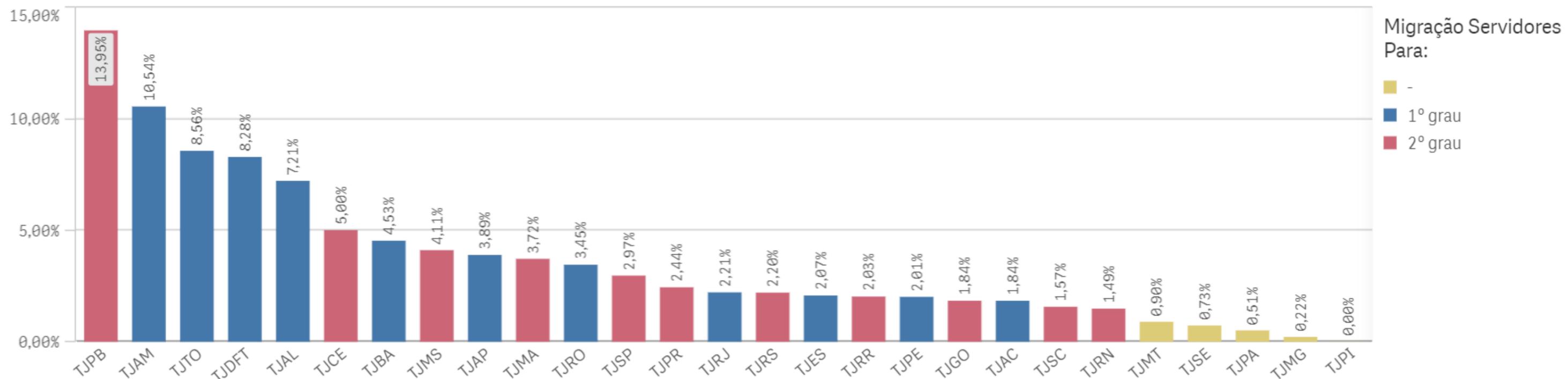
18 TJs em desconformidade



2023

11 TJs em desconformidade

Proporção de migração de servidores





Acompanhamento - Distribuição de Servidores

Justiça do Trabalho

2018

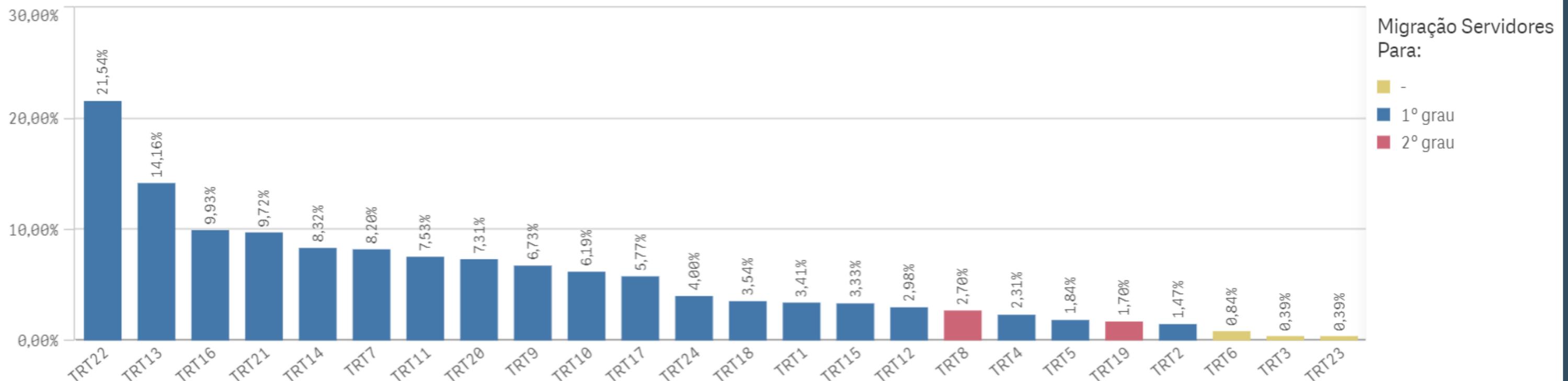
15 TRTs em desconformidade

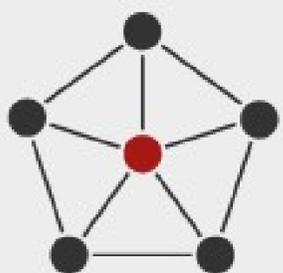


2023

19 TRTs em desconformidade

Proporção de migração de servidores





Acompanhamento - Distribuição de Servidores

Justiça Federal

2018

3 TRFs em desconformidade

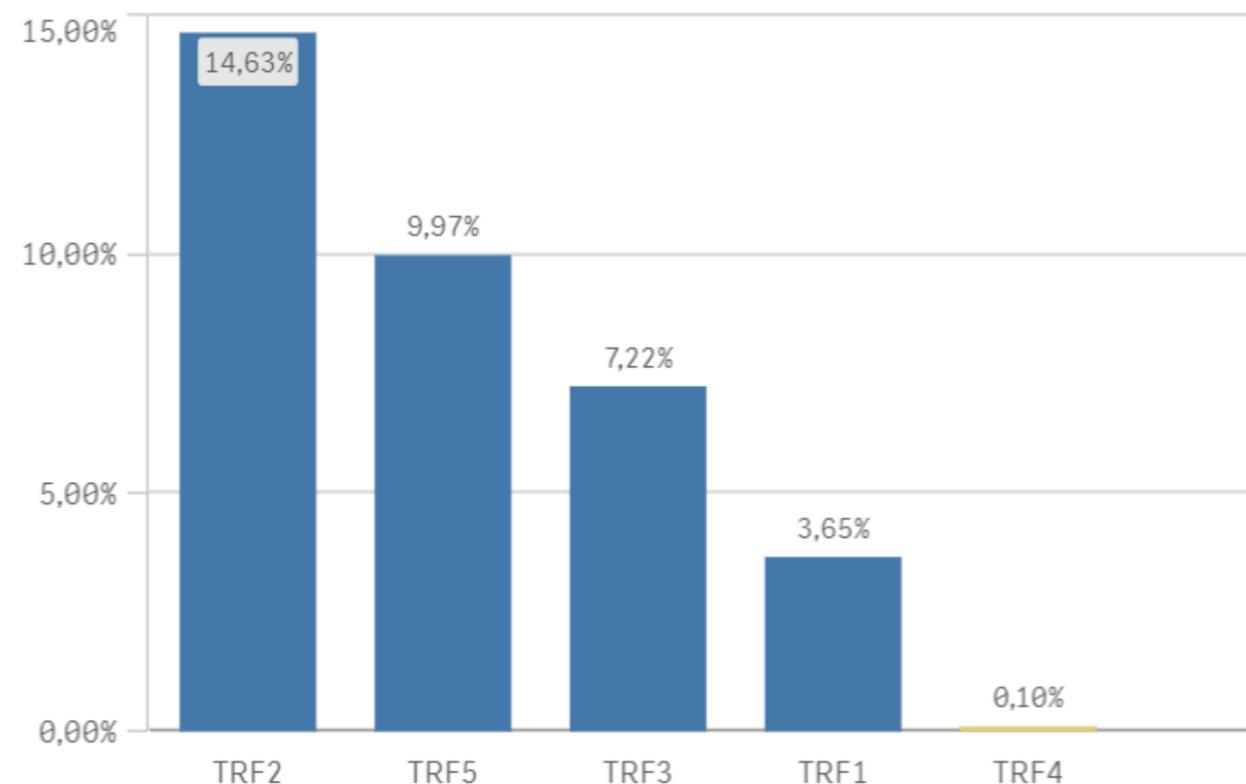


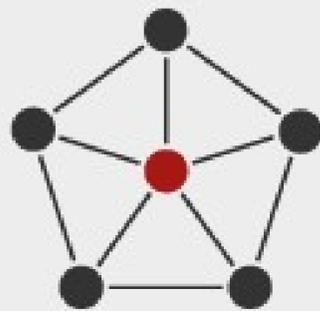
2023

4 TRFs em desconformidade

TRF6 não é possível medir pela ausência de série histórica

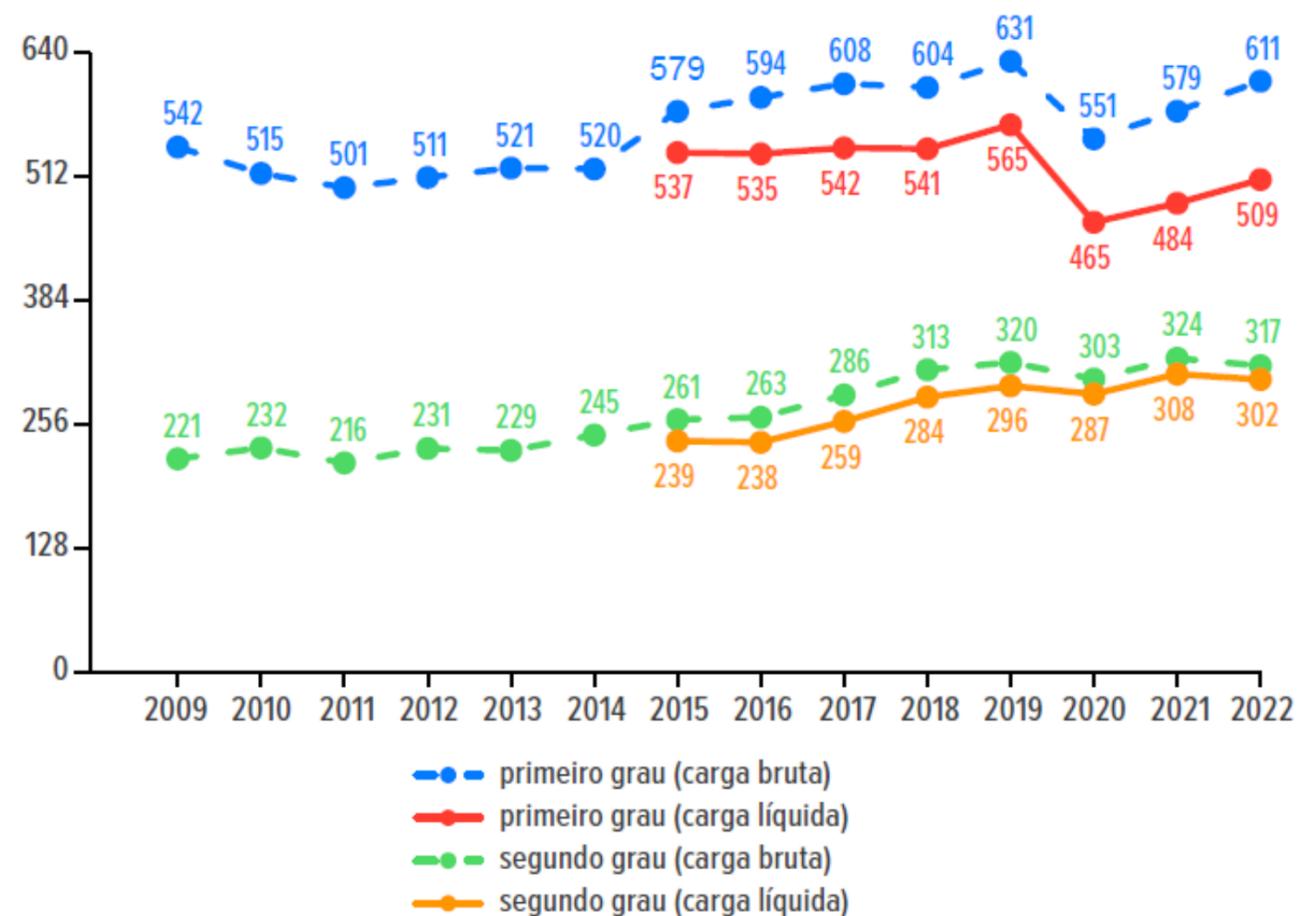
Proporção de migração de servidores





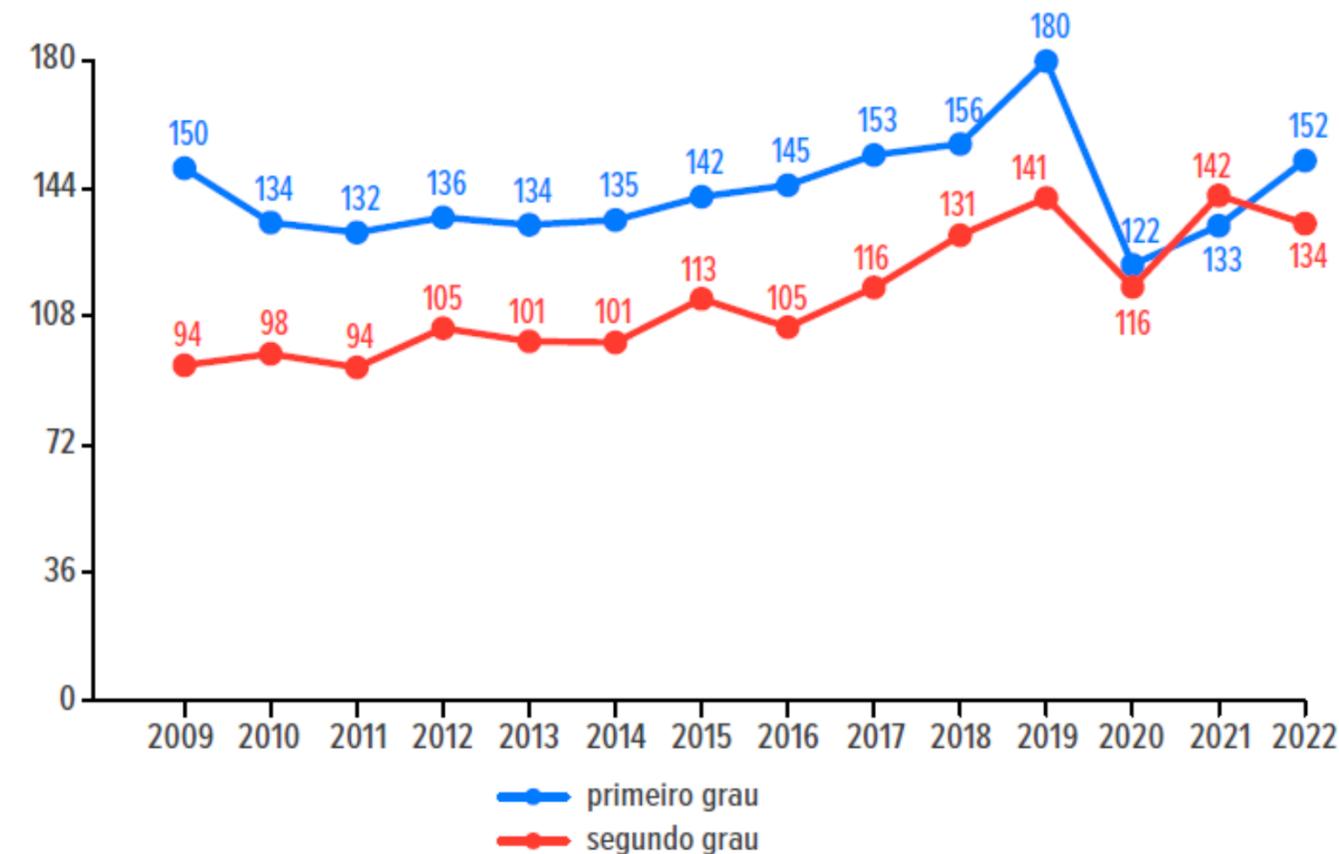
Produtividade Justiça em Números 2023

Carga de trabalho por servidor(a) da área judiciária

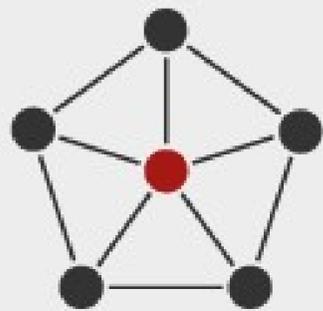


Distanciamento das curvas do 1º x 2º grau, em razão do peso do acervo na carga de trabalho.

Índice de Produtividade do(a) servidor(a) da área judiciária

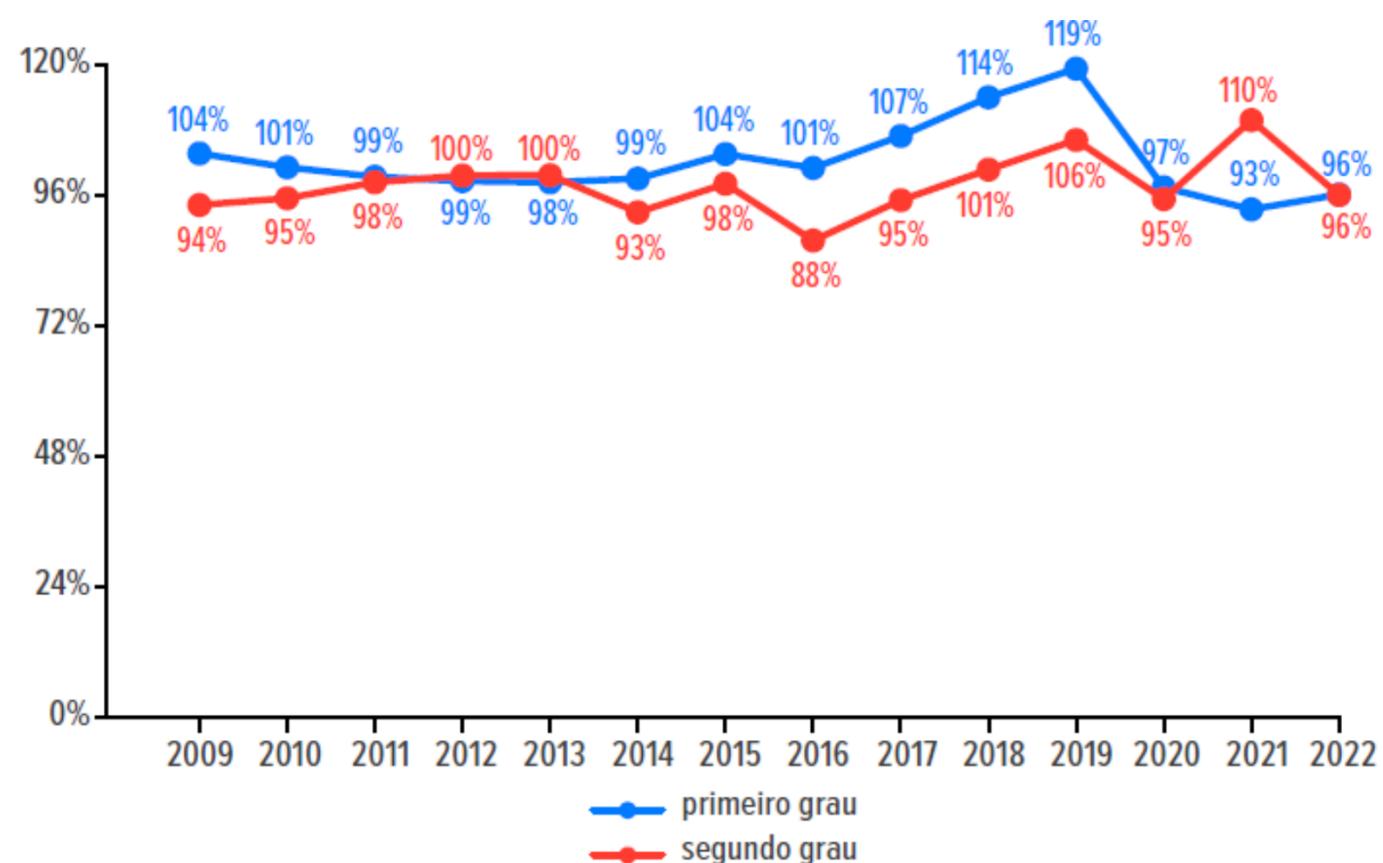


- Aproximação das curvas do IPS em 2020/2021, com inversão em 2022.
- Queda na produtividade mais acentuada no 1º grau.



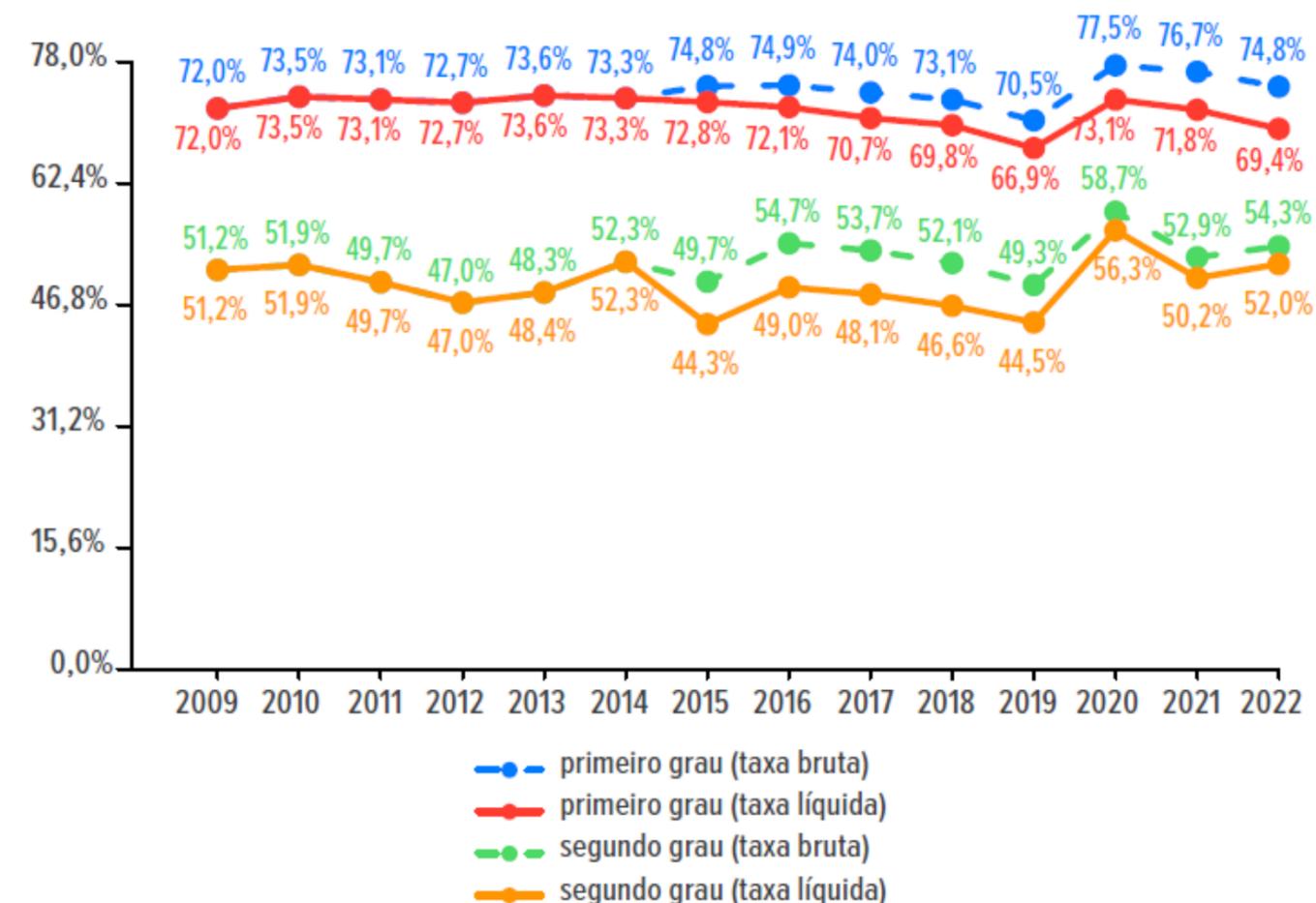
Produtividade Justiça em Números 2023

Índice de Atendimento à Demanda

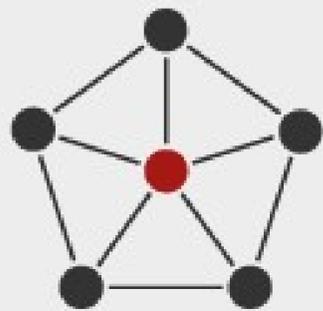


Aumento entre 2021 e 2022 no primeiro grau e queda no segundo, chegando ao mesmo patamar.

Taxa de Congestionamento



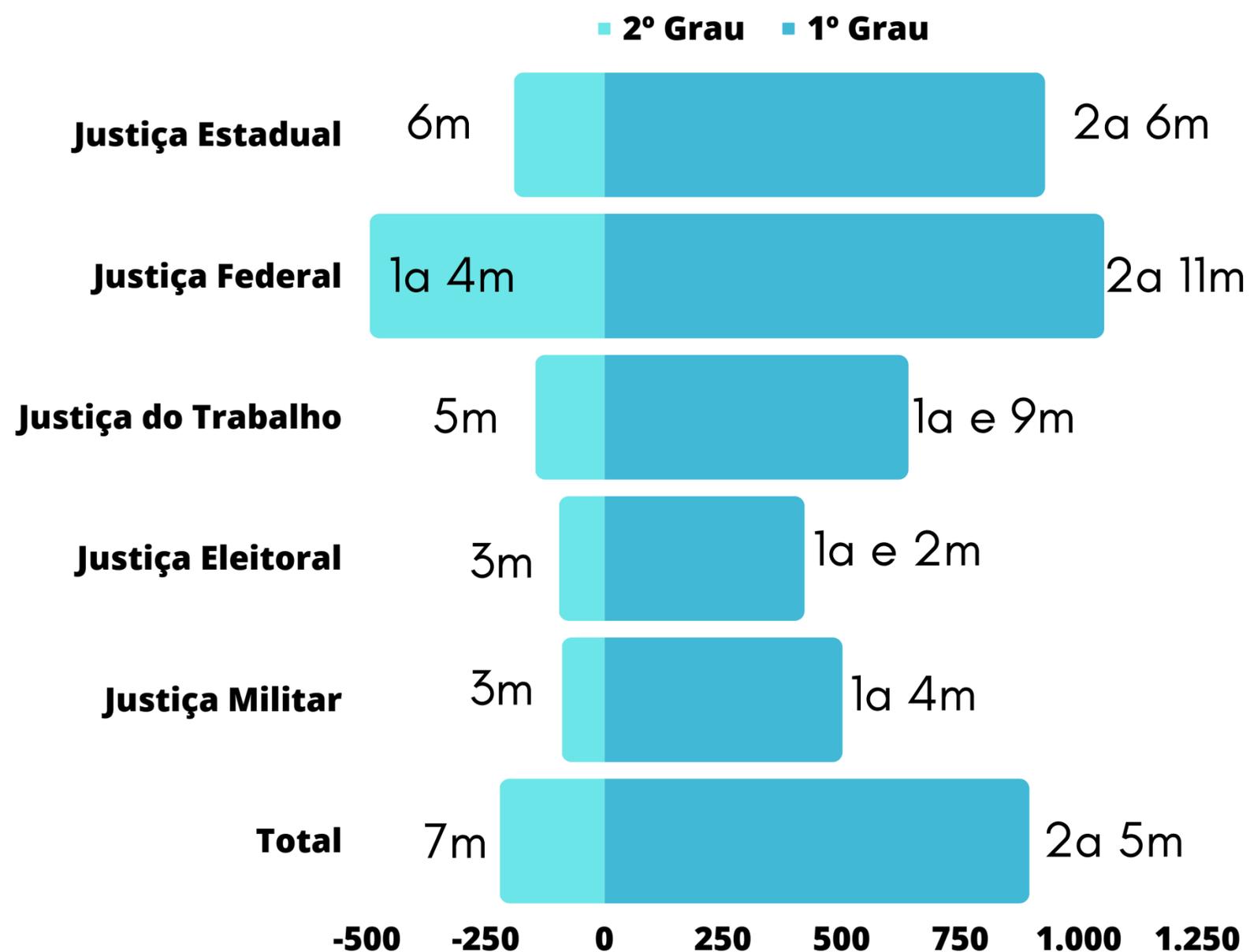
No congestionamento bruto, a diferença entre as instâncias é de 20,5 pontos percentuais e, na versão líquida, de 17,4 pontos percentuais.



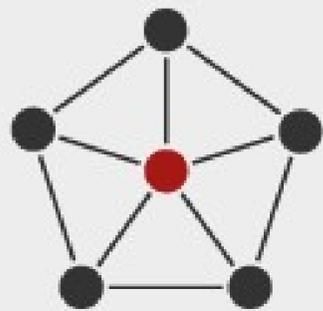
Produtividade

Justiça em Números 2023

Tempo médio até o primeiro julgamento



A tramitação no primeiro grau (2 anos e 5 meses) é quatro vezes mais lenta do que no segundo grau (7 meses).



Acompanhamento - Distribuição de Cargos e Funções

Justiça Estadual - Descumprimento

Funções de Confiança:

12 tribunais.

Valores: R\$ 14,5 milhões.

Cargos em Comissão:

Todos os 27 tribunais.

Valores: R\$ 129 milhões.

Justiça Federal Descumprimento

Funções de Confiança:

4 tribunais.

Valores: R\$ 1,7 milhões

Cargos em Comissão:

5 tribunais.

Valores: 5 milhões.

Justiça do Trabalho Descumprimento

Funções de Confiança:

21 tribunais.

Valores: R\$ 3 milhões.

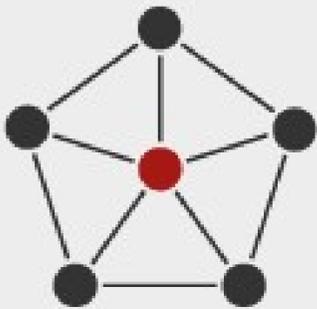
Cargo em Comissão:

24 tribunais.

Valores: R\$ 12 milhões.



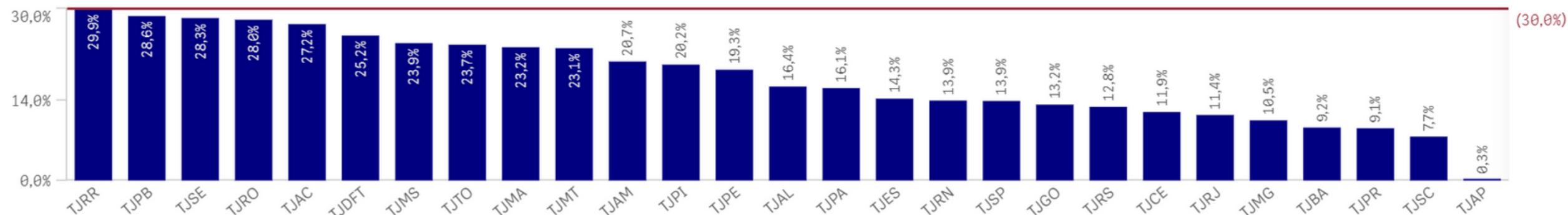
Piora da situação em relação à apuração do primeiro semestre de 2021.



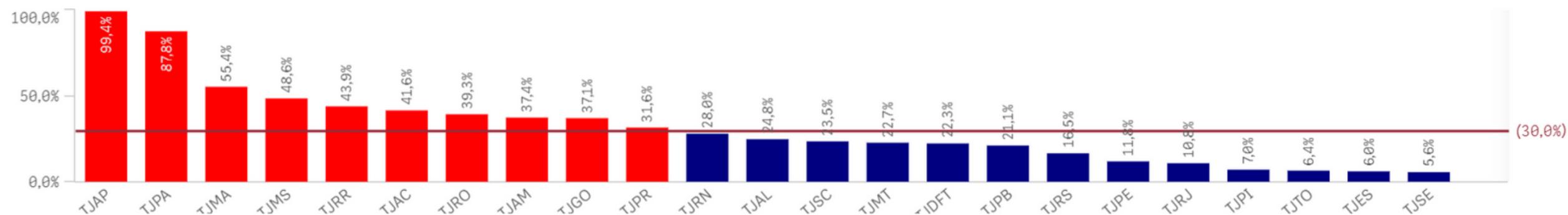
Acompanhamento - Área de Apoio Direto

Justiça Estadual

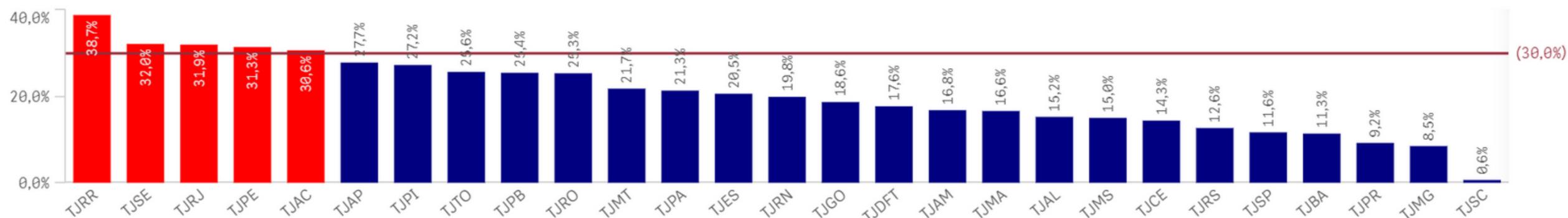
Percentual de servidores na área de apoio indireto à atividade judicante



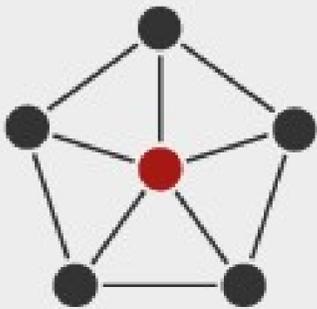
Percentual de valores integrais de funções de confiança na área de apoio indireto à atividade judicante



Percentual de valores integrais de cargos em comissão na área de apoio indireto à atividade judicante



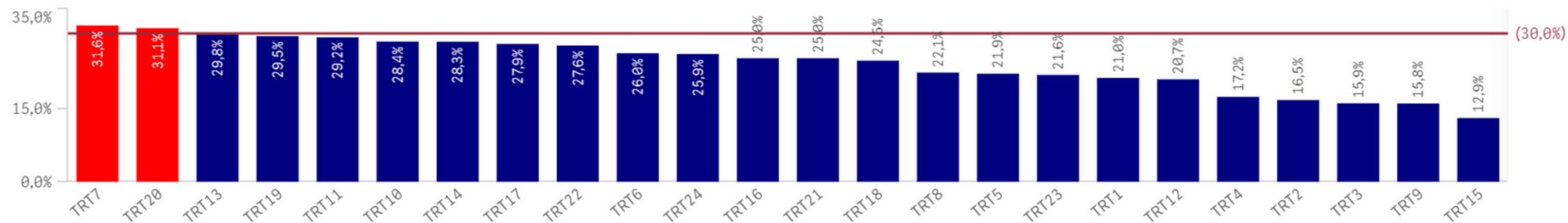
- Servidores: todos com até 30%;
- Funções: 10 TJs acima de 30%;
- Cargos: 5 TJs acima de 30%;



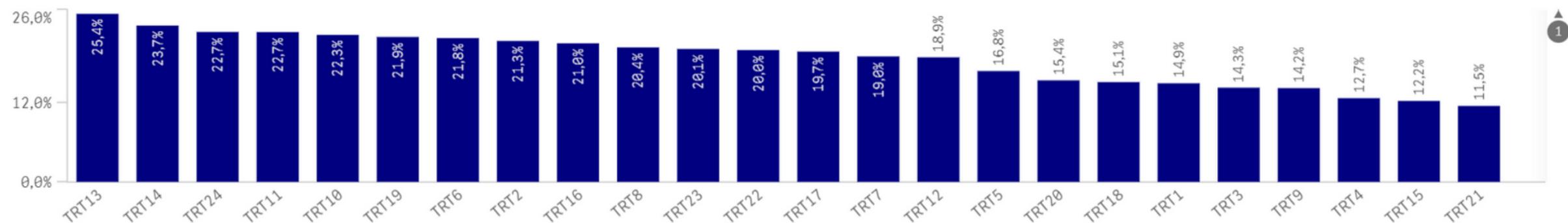
Acompanhamento - Área de Apoio Direto

Justiça do Trabalho

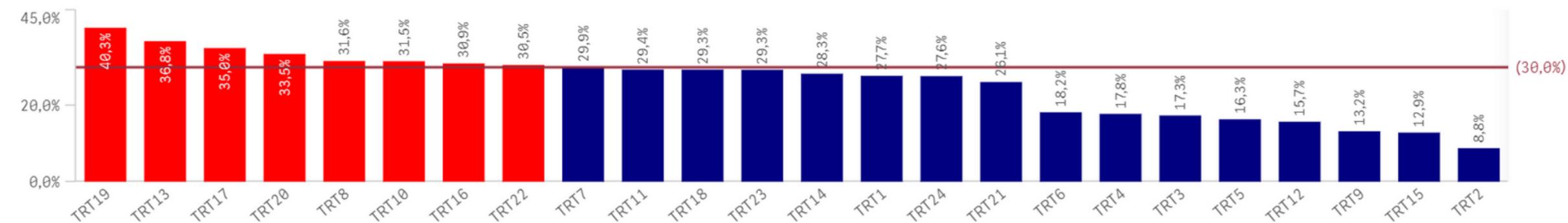
Percentual de servidores na área de apoio indireto à atividade judicante



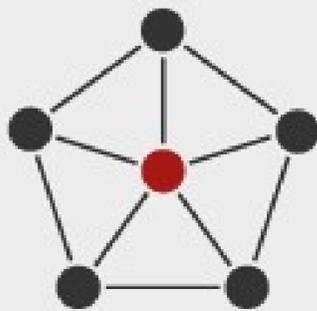
Percentual de valores integrais de funções de confiança na área de apoio indireto à atividade judicante



Percentual de valores integrais de cargos em comissão na área de apoio indireto à atividade judicante



- Servidores: 2 TRTs acima de 30%;
- Funções: Todos até 30%;
- Cargos: 8 TRTs acima de 30%;



Acompanhamento - Área de Apoio Direto

Justiça Federal

Percentual de servidores na área de apoio indireto à atividade judicante



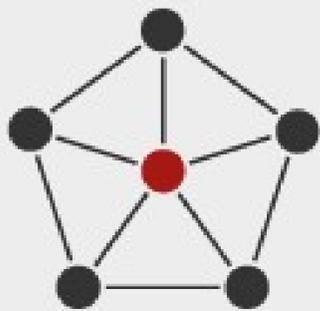
Percentual de valores integrais de funções de confiança na área de apoio indireto à atividade judicante



Percentual de valores integrais de cargos em comissão na área de apoio indireto à atividade judicante



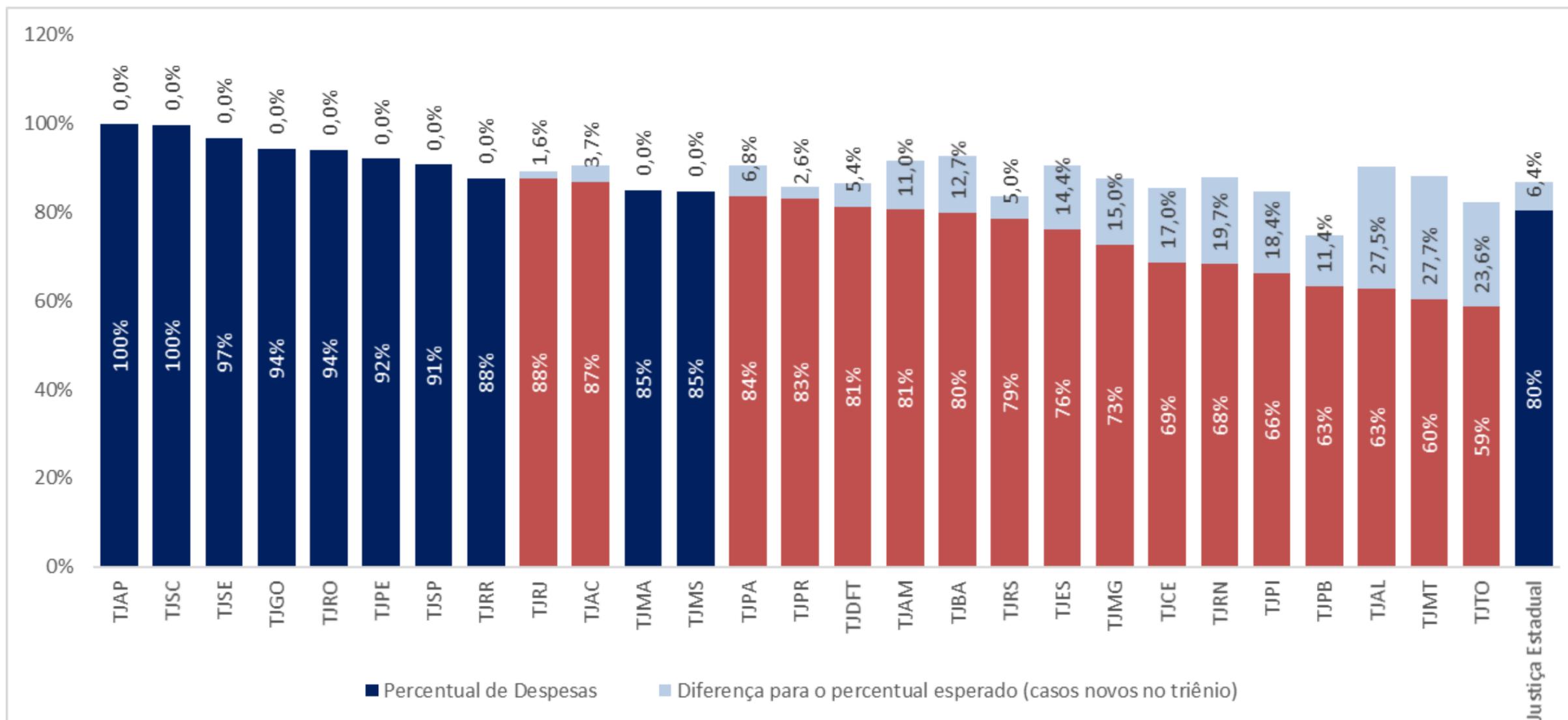
- Todos os TRFs cumprem o limite de 30% na área administrativa para cargos, funções e comissões.
- TRF6 não considerado.



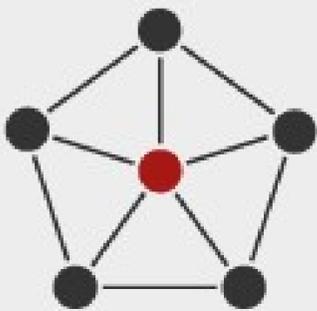
Distribuição de orçamentos - Justiça Estadual

Resolução 195

Proporção de orçamento entre primeiro e segundo graus, das despesas discricionárias, por grau de jurisdição. Excluídas as dotações que beneficiam ambos os graus de jurisdição (DAO).



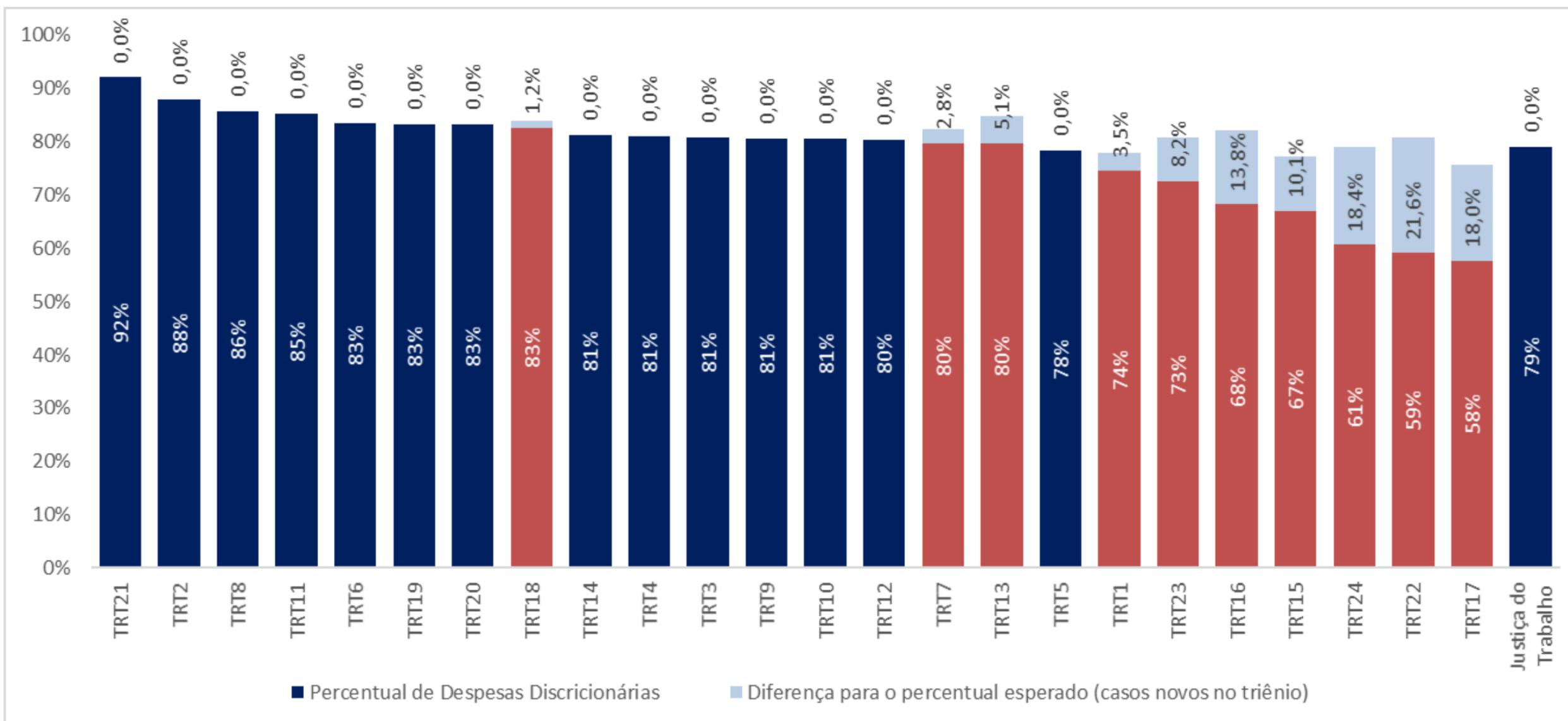
- Em 17 TJs, a proporção de orçamento é menor que a proporção de casos novos no 1º grau.
- TJAL, TJMT e TJTO tem déficit de mais de 20%.



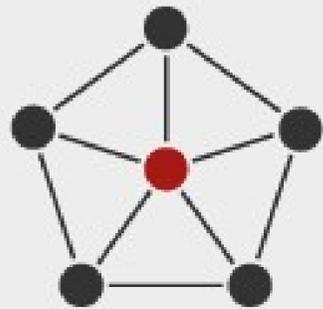
Distribuição de orçamentos - Justiça Trabalhista

Resolução 195

Proporção de orçamento entre primeiro e segundo graus, das despesas discricionárias, por grau de jurisdição. Excluídas as dotações que beneficiam ambos os graus de jurisdição (DAO).



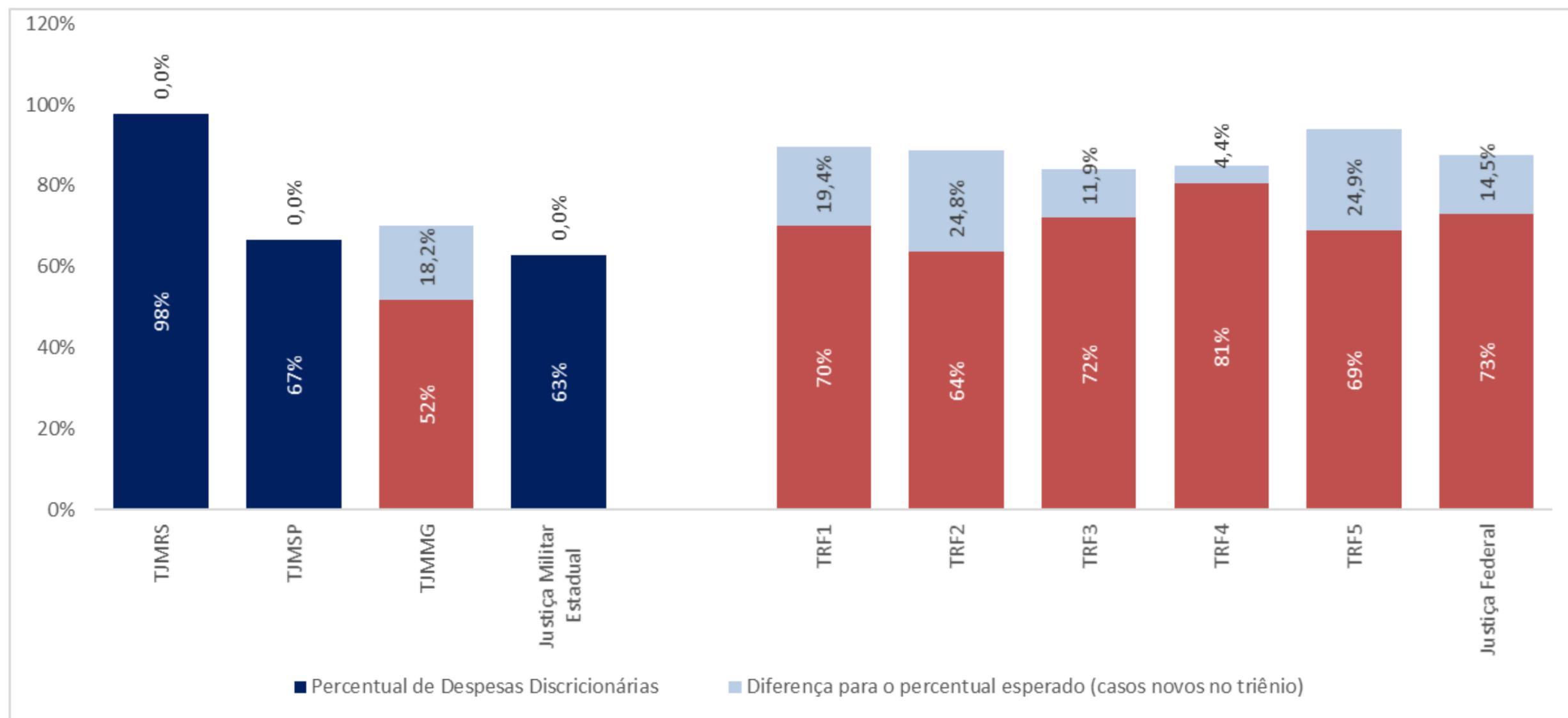
- Em 10 TRTs, a proporção de orçamento é menor que a proporção de casos novos no 1º grau.
- Na média há equilíbrio.
- TRT 22 tem mais de 20% de diferença



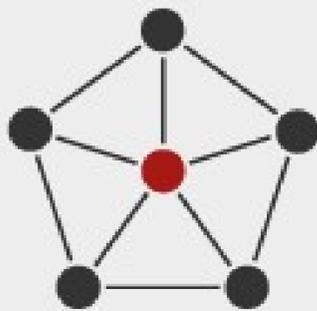
Distribuição de orçamentos - Justiça Federal e Militar Estadual

Resolução 195

Proporção de orçamento entre primeiro e segundo graus, das despesas discricionárias, por grau de jurisdição. Excluídas as dotações que beneficiam ambos os graus de jurisdição (DAO).



- Nenhum TRF com equivalência.
- TJMMG não possui equivalência.



Painel de Acompanhamento da Resolução 219



Priorização 1º Grau

O Painel de Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição tem por objetivo dar transparência aos dados dos tribunais, no que se refere aos artigos 3º, 11 e 13 da Resolução CNJ n. 219 de 26 de abril de 2016, como mecanismo de verificação do cumprimento dos respectivos dispositivos. Os dados são provenientes do sistema Justiça em Números.

Acesse o [painel](#).

Painel

<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=5903cd99-fb51-4e0a-902c-69a1ccc927f2&sheet=66ff6851-b32f-4090-bf18-9c5da3933787&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel>

Acesso em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>

Obrigada!

**Departamento de Pesquisas
Judiciárias (DPJ)**

CNJ